

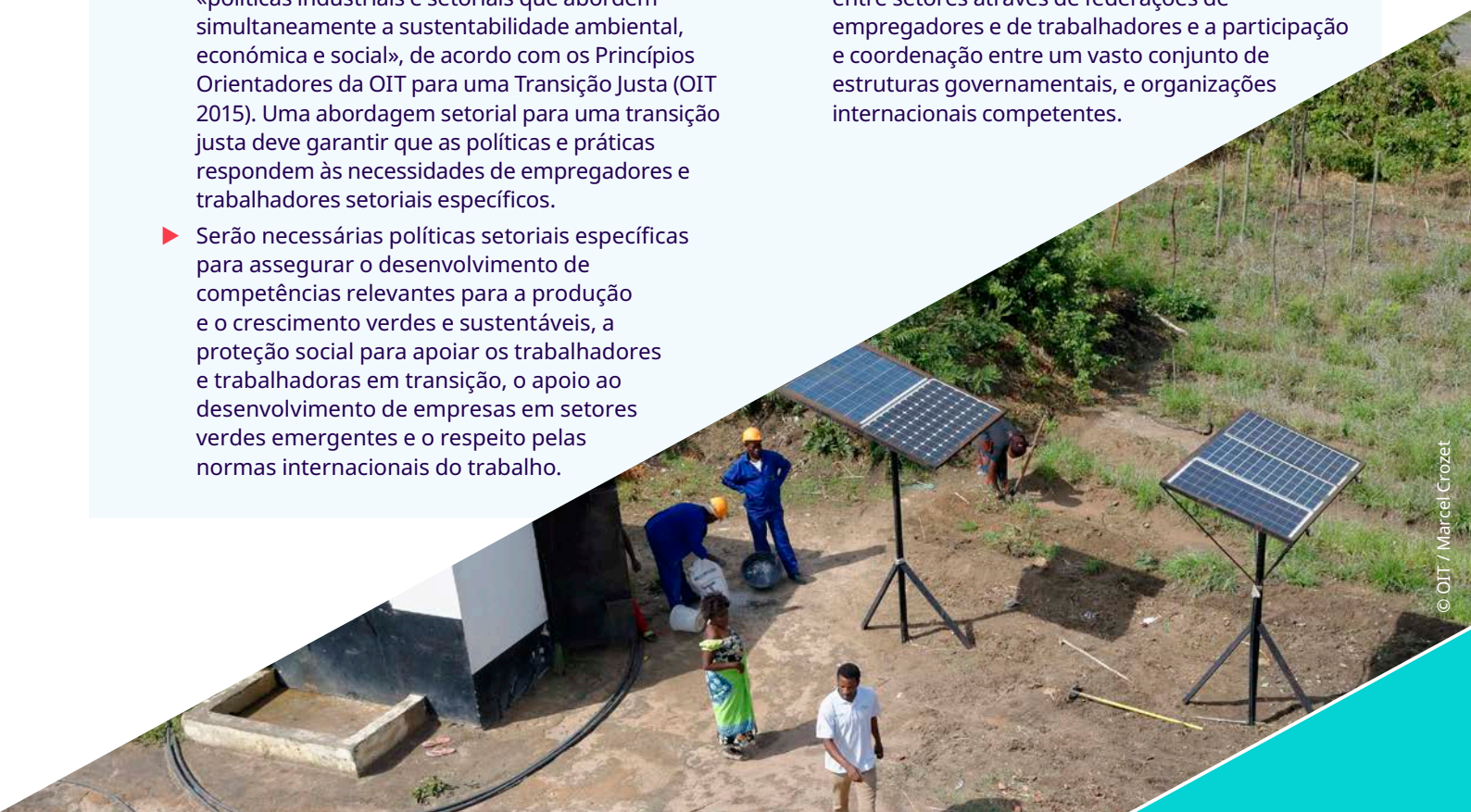
► Síntese de políticas para uma transição justa

agosto de 2022

Políticas setoriais da OIT para uma transição justa rumo a economias e sociedades sustentáveis do ponto de vista ambiental para todos

Ideias-chave

- À medida que o mundo avança para uma energia sem carbono, para uma gestão mais criteriosa do ambiente e práticas sustentáveis de produção e de consumo, alguns setores irão declinar, outros vão crescer, e muitos irão transformar-se através de novas tecnologias, novos modos de produção e trabalho.
- Uma transição justa exigirá, por conseguinte, «políticas industriais e setoriais que abordem simultaneamente a sustentabilidade ambiental, económica e social», de acordo com os Princípios Orientadores da OIT para uma Transição Justa (OIT 2015). Uma abordagem setorial para uma transição justa deve garantir que as políticas e práticas respondem às necessidades de empregadores e trabalhadores setoriais específicos.
- Serão necessárias políticas setoriais específicas para assegurar o desenvolvimento de competências relevantes para a produção e o crescimento verdes e sustentáveis, a proteção social para apoiar os trabalhadores e trabalhadoras em transição, o apoio ao desenvolvimento de empresas em setores verdes emergentes e o respeito pelas normas internacionais do trabalho.
- O diálogo social setorial é também essencial para assegurar que as estratégias de transição justa incluam as vozes de todos os empregadores em todos os setores, dos trabalhadores e de outras partes interessadas igualmente relevantes.
- Uma transição justa exigirá, por conseguinte, a participação de organizações setoriais de empregadores e de trabalhadores, a coordenação entre setores através de federações de empregadores e de trabalhadores e a participação e coordenação entre um vasto conjunto de estruturas governamentais, e organizações internacionais competentes.





© OIT / Marcel Crozet

Contexto

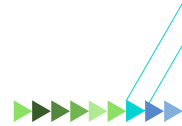
Os Princípios orientadores da OIT para uma *transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos* (a seguir designados «Princípios orientadores para uma transição justa»), adotados por representantes dos governos, das organizações de empregadores e de trabalhadores em 2015, proporcionam o enquadramento político e um instrumento operacional para fazer face às alterações ambientais de uma forma que promova a justiça social e a criação de trabalho digno. O presente documento faz parte de uma série de Sínteses Informativas que procuram aprofundar a compreensão técnica e política da aplicação dos Princípios orientadores para uma transição justa. Estas Sínteses reforçam a informação respetiva mutuamente e formam, em conjunto, um corpo de orientações políticas sobre os Princípios orientadores para uma transição justa.

As Sínteses para uma transição justa destinam-se a ser utilizadas por decisores políticos e profissionais a todos os níveis para fornecer informações e orientações práticas, promovendo um entendimento comum do que é uma transição justa, em áreas temáticas específicas, bem como a formulação de recomendações para a sua aplicação pelos países, instituições internacionais e outros intervenientes no meio académico e na sociedade civil. As Sínteses de Políticas destinam-se, especialmente,

a fornecer orientações para uma transição justa aos constituintes da OIT, incluindo organizações de trabalhadores, organizações de empregadores, governos e organismos competentes.

As Sínteses abrangem as seguintes áreas temáticas: políticas macroeconómicas e de crescimento; políticas industriais e setoriais; políticas ativas do mercado de trabalho; políticas empresariais; desenvolvimento de competências; construção verde; segurança e saúde no trabalho; proteção social; direitos; o diálogo social e o tripartismo; negociação coletiva; migração laboral e mobilidade humana; populações autóctones; género e trabalho; emprego jovem; pessoas com deficiência; infeções VIH/SIDA; e o financiamento de uma transição justa.

Este resumo da política destina-se a apresentar as ligações entre a transição justa e as políticas industriais e setoriais, proporcionado às partes interessadas informações e recomendações para a sua aplicação. A ampla implementação de uma transição justa em todos os domínios de intervenção e temas transversais exige uma cuidadosa consideração das orientações fornecidas nos Princípios orientadores da OIT para uma transição justa, tendo em conta as necessidades, prioridades e circunstâncias de cada país.



1. Introdução

Os Princípios orientadores da OIT para uma transição justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos apelam a «políticas industriais e setoriais que abordem questões ambientais, económicas e sustentabilidade social em simultâneo».¹ Reconhecem ainda que «as políticas e os programas devem ser concebidos de acordo com as condições específicas dos países, incluindo o seu estágio de desenvolvimento, os setores económicos, a tipologia e a dimensão das empresas». Também apelam à «cooperação e coordenação entre as autoridades competentes em matéria de emprego e as suas homólogas em vários domínios, incluindo o financiamento, o planeamento, o ambiente, a energia, os transportes, a saúde e o desenvolvimento económico e social». Para a OIT, estas disposições significam que, para além de promover a agenda do trabalho digno e uma transição justa a nível geral, são também necessárias políticas específicas para abordar a dinâmica setorial dessa transição, que exige coordenação entre as entidades governamentais para além do emprego e do trabalho. No âmbito das Sínteses temáticas de políticas sobre os Princípios orientadores para uma transição justa, o presente resumo analisa as dimensões setoriais de uma transição justa e destaca as oportunidades e os desafios da transição para setores específicos, para modelos mais sustentáveis e socialmente justos. Este documento complementa as restantes, da mesma série sobre transição justa, apresentando informações e orientações aos constituintes que atuam a nível setorial.

2. Principais partes interessadas

As principais partes interessadas de uma abordagem setorial para uma transição justa incluem os ministérios do trabalho e as organizações de empregadores e de trabalhadores mais representativas. Como sugerem os Princípios orientadores para uma transição justa, as partes interessadas também incluem os atores setoriais. Incluem ministérios relevantes, com competências na área das energias, dos serviços públicos, das indústrias extrativas, do turismo, dos transportes, das finanças, da educação, da saúde, da água, da agricultura, dos assuntos marítimos, e organizações

Uma abordagem setorial para uma transição justa realça a interação e a interdependência entre setores, à medida que cada sociedade que avança para a sustentabilidade. Como demonstrado na Síntese, alguns setores irão inevitavelmente declinar numa transição para uma economia verde, exigindo estratégias para proporcionar às empresas e aos trabalhadores os meios para se requalificarem e transitar para novos setores. Outros setores crescerão na economia verde, e o desafio aqui será garantir um trabalho digno. E, por último, haverá setores que se transformarão radicalmente, inaugurando novas formas de trabalhar, produzir, consumir, conviver e envolver-se com o setor como um todo.

As políticas e estratégias setoriais são fundamentais para a implementação de uma transição justa para uma economia sustentável. As abordagens setoriais podem apoiar o diálogo social setorial sobre a transição, assegurar que os seus benefícios são partilhados equitativamente, adaptar políticas para satisfazer as necessidades das empresas e dos trabalhadores em transição e promover oportunidades de emprego para as mulheres e os jovens nos setores de crescimento verde. A abordagem setorial pode também promover o trabalho digno nos setores de crescimento verde e estabelecer uma ligação com as políticas de desenvolvimento de competências, a fim de promover a aprendizagem para o desenvolvimento sustentável.

setoriais de empregadores e de trabalhadores. Podem também incluir organizações setoriais específicas da sociedade civil, como organizações de povos autóctones, trabalhadores migrantes e empresas. Embora muitos destes grupos já estejam a tratar de questões relacionadas com a transição justa, a OIT tem um papel importante a desempenhar para realçar a interdependência de várias transições setoriais e para apoiar partes interessadas na conceção de estratégias de transição apenas setoriais.

¹ OIT, *Guidelines for a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All*, 2015.

3. Normas internacionais do trabalho, diálogo social e outros instrumentos

As estratégias setoriais para uma transição justa podem ser apoiadas por princípios e direitos fundamentais no trabalho e por normas internacionais do trabalho, incluindo uma série de normas setoriais, códigos e princípios orientadores que foram desenvolvidos pela OIT.² Muitas destas normas e destes instrumentos estabelecem condições de trabalho dignas no setor e apelam a um diálogo social sólido na definição de políticas e práticas. Tais normas e instrumentos podem, por conseguinte, orientar os constituintes na prossecução do diálogo para assegurar trabalho digno, produtividade, requalificação e mobilidade profissional, à medida que os setores efetuam a transição das práticas atuais para modelos Hipo carbónicos e sustentáveis. Muitas destas normas contêm igualmente disposições sobre a inclusão e a não discriminação, que, no contexto de uma

transição justa, têm uma importante dimensão setorial. Em alguns setores verifica-se uma representação de um género, como por exemplo os setores do petróleo e do gás, com uma elevada proporção de homens, e a saúde, com uma elevada proporção de mulheres. As estratégias de transição terão de ter em conta estas dimensões de género. De forma similar, as pessoas com deficiência (quer sejam consumidores ou trabalhadores) ou minorias étnicas podem não ser plenamente envolvidas quando os setores optam por modelos mais sustentáveis. A inclusão de grupos sub-representados no diálogo político em torno da transição dos setores é uma estratégia fundamental para assegurar uma transição justa e inclusiva. O diálogo social global, regional e nacional em torno de questões setoriais é apoiado pelo [Departamento de Políticas Setoriais](#) da OIT.

4. Políticas setoriais e a transição justa

4.1 Gerais

Uma transição justa para uma economia verde, ou seja, políticas que promovam o trabalho digno e a justiça social, enquanto abordam simultaneamente as questões ambientais, terão um impacto diferente em diferentes setores.³ Embora setores económicos dos transportes e de utilização de recursos que são intensivos em termos de emissões (por exemplo, a indústria extrativa e a indústria transformadora) sejam cada vez mais pressionados para reduzir e para se transformarem, é provável que os novos e emergentes «setores verdes» (como as energias renováveis) sejam impulsionados por um afluxo de investimento e de apoio político.⁴ «Em geral, a produção e o emprego nas indústrias e nos serviços de baixo carbono aumentarão, ao passo que os setores com utilização intensiva de energia e de recursos provavelmente irão estagnar ou reduzir».⁵ O desafio que a transição ecológica/ justa representa é duplo: (a) assegurar que os trabalhadores e trabalhadoras e as empresas dos

setores em declínio recebem o apoio necessário para a transição e o desenvolvimento numa economia verde, nomeadamente através de programas de requalificação e de melhoria de competências, de políticas ativas do mercado de trabalho e de uma proteção social adequada; e (b) garantir que os empregos nos setores emergentes e em crescimento não sejam apenas ecológicos (em termos de crescimento da economia verde), mas também sustentáveis e dignos. Além disso, as alterações climáticas têm um impacto direto em numerosos setores, desde a alteração das condições de produção agrícola, ao stress térmico na indústria transformadora, acrescentando novos desafios à produtividade setorial e à proteção dos trabalhadores e trabalhadoras.⁶ A secção seguinte examinará brevemente aspetos da transição justa num grande número de setores. Segue-se uma análise mais aprofundada de três setores em particular.

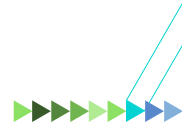
2 Ver as [Convenções e recomendações internacionais específicas do setor](#) e [Códigos de prática e princípios orientadores](#), da OIT, uma lista de ferramentas setoriais.

3 A OIT trabalha com 22 grupos setoriais definidos. Para mais informações, consultar o [Departamento de Políticas Setoriais](#).

4 OIT, *World Employment and Social Outlook 2018: Greening with Jobs*, 2018.

5 CQNUAC, «[Just Transition of the Workforce, and the Creation of Decent Work and Quality Jobs](#)», 2020, 15.

6 Tord Kjellstrom e Nicolas Maître, *Working on a Warmer Planet: The Effect of Heat Stress on Productivity and Decent Work*, OIT, 2019.



© OIT / Marcel Crozet

4.2 Indústria transformadora

As indústrias transformadoras (incluindo a produção de dispositivos eletrônicos, metalúrgica, química, farmacêutica e equipamentos de transporte) representam aproximadamente 22,6 por cento do emprego a nível mundial e cerca de 30 por cento das emissões globais de gases com efeito de estufa. A maioria destas emissões provém da energia utilizada para produzir ferro, aço entre outros produtos. A parte restante é principalmente um subproduto de processos de produção de cimento, produtos químicos e petroquímicos. Por todo o mundo, os governos têm vindo a adotar novas políticas para alcançar a mitigação climática. Muitas destas medidas, como a proibição da venda de automóveis movidos a gasolina e as medidas destinadas a reduzir o consumo e a produção de plásticos descartáveis, terão implicações significativas para o setor transformador. A resposta da indústria a um novo sistema político mais verde e à alteração das preferências dos consumidores inclui, em geral:

- (a) a transição para fontes de energia mais limpas;
- (b) o investimento em processos de produção e tecnologias mais eficientes em termos de recursos;
- (c) em ligação com esta mudança, a exploração de modelos empresariais da economia circular;

(d) a produção de produtos mais ecológicos; e (e) a melhoria das emissões e da gestão dos resíduos.

Como resultado da transição verde, alguns segmentos da indústria transformadora irão sofrer um período de transformação rápida (e histórica). O setor automóvel é um desses exemplos: com a transição para a mobilidade elétrica, as empresas e os postos de trabalho ligados ao fabrico e à manutenção de motores de combustão diminuirão drasticamente. Do mesmo modo é expectável que o crescimento da mobilidade com baixas emissões, possa originar novas oportunidades de emprego (como por exemplo ao fabrico de baterias).⁷ No entanto, é improvável que uma transição para a eletrificação e uma maior eficiência dos recursos venha a gerar tantos postos de trabalho na indústria transformadora como os que se perdem. Os veículos elétricos, por exemplo, têm muito menos peças móveis do que os veículos movidos a gasolina e, portanto, o seu fabrico exige menos mão de obra.⁸

No entanto, políticas setoriais adequadas podem promover o trabalho digno no setor, atenuando alguns dos efeitos da eliminação de postos de trabalho, assegurando simultaneamente empregos de qualidade em novas áreas. Exemplos disso são a

7 Sören Amelang, «How Many Car Industry Jobs Are at Risk from the Shift to Electric Vehicles?» Clean Energy Wire, 7 de julho de 2021.

8 Noam Scheiber, «What Will It Take for Electric Vehicles to Create Jobs, Not Cut Them?» The New York Times, 22 de setembro de 2021.

imposição de requisitos específicos em matéria de normas laborais, às políticas de desenvolvimento do mercado de veículos elétricos, o reforço da proteção social (como o aumento dos subsídios de desemprego) e a promoção do diálogo social e a negociação coletiva (neste âmbito, é fundamental assegurar a liberdade sindical e a sindicalização). Para reduzir mão de obra, alguns fabricantes de automóveis oferecem acordos de reforma a tempo parcial e de despedimento, bem como a contar com o desgaste (os trabalhadores que se demitem ou que se aposentam não são substituídos); os trabalhadores fabris de certas empresas podem igualmente contar com acordos prévios que garantam o seu emprego até ao final da década.⁹

A transição ecológica implica a reafetação de um número significativo de postos de trabalho, desde a indústria transformadora à gestão de resíduos, à reciclagem, aos serviços, à reparação e ao aluguer.¹⁰ No entanto, os postos de trabalho nestes setores em crescimento não são necessariamente dignos nem verdes. O trabalho de desmantelamento e de extração de materiais raros, de resíduos eletrónicos (*e-waste*) é um excelente exemplo: o tratamento dos resíduos eletrónicos é perigoso, poluente e ocorre frequentemente em pequenas e médias empresas na economia informal.¹¹ Por outro lado, o desmantelamento e a reparação dos resíduos eletrónicos são uma fonte de rendimento cada vez mais importante para muitos trabalhadores e trabalhadoras. A fim de apoiar uma transição justa dos resíduos eletrónicos e do setor da gestão dos resíduos de uma forma mais geral, promover o desenvolvimento de competências e de empresas sustentáveis, a formalização, a criação de organizações de empregadores e de trabalhadores e o diálogo social são fundamentais.¹² Além de reduzir a pegada ambiental das sociedades de elevado consumo, investir em programas de desvio, reciclagem e de valorização de resíduos ajuda a criar

emprego (o trabalho de reparação é particularmente intensivo em mão de obra) e permite a atualização tecnológica, bem como a transferência de competências e de conhecimentos. Também incentiva a inovação na indústria transformadora e pode conduzir à criação de cooperativas e de outras organizações de economia solidária (por exemplo, os motoristas de uma empresa de gestão de resíduos em São Francisco ganham salários acima da média).¹³

4.3 Produtos de extração (energia e indústrias extrativas)

A mitigação das alterações climáticas exige «uma reestruturação fundamental do setor do aprovisionamento energético», abandonando a produção de energia baseada em combustíveis fósseis e passando a utilizar fontes renováveis limpas.¹⁴ Serão necessárias atividades extrativas intensivas para satisfazer a procura de minerais essenciais utilizados na produção de energia renovável e na produção de veículos elétricos (em especial, cobre, lítio, níquel, cobalto e metais de terras raras).¹⁵ Isto significa que, embora se preveja que os empregos na indústria extrativa relacionados com a utilização do carvão diminuam, a transição verde não significa o fim da própria indústria extrativa – na verdade, a transição para uma energia com baixas emissões de carbono aumentará a procura de minerais «tecnologicamente críticos» em regiões e países específicos, incluindo a América Latina (no que diz respeito ao cobre, minério de ferro, prata, lítio, alumínio, níquel, manganês e zinco), África (no que diz respeito à platina, manganês, bauxite e crómio) e China (no que diz respeito aos minerais de terras raras).¹⁶ Nomeadamente, os empregos nas minas que fornecem a transição energética são muitas vezes informais, perigosos e mal remunerados, especialmente em áreas onde a governação é fraca.¹⁷ Novos projetos

9 Jack Kelly, «Daimler AG Plans to Cut 10,000 Jobs As The Company Turns To Electric Cars» Forbes 3 de dezembro de 2019.

10 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 37.

11 OIT, «Urgent Action Needed to Better Manage E-Waste: ILO» (comunicado de imprensa, 17 de abril de 2019).

12 OIT, «Decent Work in the Management of Electrical and Electronic Waste (e-waste)» Documento para o Fórum de Diálogo Global sobre o trabalho digno na gestão de resíduos elétricos e eletrónicos (*E-waste*), 2019.

13 GAIA, «Zero Waste and Economic Recovery: The Job Creation Potential of Zero Waste Solutions», 2021.

14 CQNUAC 2020, 15.

15 Deanna Kemp e Nick Bainton, «More Clean Energy Means More Mines – We Shouldn't Sacrifice Communities in the Name of Climate Action» *The Conversation*, 4 de novembro de 2021; Claire Asher, «Climate-Positive, High-Tech Metals Are Polluting Earth, but Solutions Await» *Mongabay Environmental News*, 15 de março de 2022.

16 Banco Mundial, «The Growing Role of Minerals and Metals for a Low Carbon Future», 2017, xiii; IEA, (Agência Internacional da Energia), «The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions. World Energy Outlook Special Report», 2022.

17 Pete Pattison, «Like Slave and Master': DRC Miners Toil for 30p an Hour to Fuel Electric Cars», *The Guardian*, 8 de novembro de 2021.



© OIT / Marcel Crozet

extrativos impulsionados pela crescente procura da energia também arriscam deslocar ou alterar as comunidades locais, degradar o abastecimento de água local e os ecossistemas, afetando os meios de subsistência em setores que dependem de um ambiente saudável.¹⁸

A fim de assegurar que a transição energética não conduza a novas formas de desigualdade social, de exclusão e degradação ambiental, as políticas setoriais devem assegurar o respeito pelos direitos laborais das pessoas que trabalham na extração de minerais «tecnologicamente críticos», a construção de tecnologias de baixo carbono e o processamento de resíduos eletrônicos (tais como painéis solares desativados e turbinas), bem como os meios de subsistência e o direito de propriedade das pessoas afetadas pelos projetos de energias renováveis e a sua cadeia de abastecimento (por exemplo, os pescadores afetados pela evolução da energia eólica).¹⁹ A este respeito, algumas partes interessadas apelam a uma noção alargada da transição justa para incluir *uma abordagem de toda a cadeia de abastecimento*, com especial ênfase nos

direitos humanos e na circularidade (por exemplo, direcionando esforços para a recuperação de minerais essenciais em vez de iniciar novos projetos extrativos social e ecologicamente onerosos). Além disso, o «modelo de negócio cooperativo está bem posicionado para desempenhar um papel na abordagem a alguns dos desafios no setor das energias renováveis, em especial através de iniciativas dirigidas pela comunidade que apoiem o acesso a fontes de energia limpas e a preços acessíveis para todos». ²⁰ São igualmente necessárias políticas para assegurar um ambiente propício ao empreendedorismo e às empresas sustentáveis do setor, em especial no que diz respeito ao aumento da produtividade e à melhoria das práticas de gestão.

4.4 Transportes (aéreos, marítimos, rodoviários)

Cerca de um quarto das emissões globais de gases com efeito de estufa provêm do setor dos transportes.²¹ De acordo com o PIAC, o crescimento contínuo da atividade de transporte de passageiros e de mercadorias poderá ser superior a todas as

18 Daniel Boffey, «Rio Tinto's Past Casts a Shadow over Serbia's Hopes of a Lithium Revolution» *The Guardian*, 19 de novembro de 2021; Business and Human Rights Resource Centre, «Renewable Energy & Human Rights Benchmark 2021», 2 de novembro de 2021.

19 María Paula Rubiano, «Report: The Renewable Future Is Being Built on Exploitation, Too», *Grist*, 8 de novembro de 2021.

20 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 61.

21 Nações Unidas, «Sustainable Transport Key to Green Energy Shift: UN Secretary-General», *UN News*, 14 de outubro de 2021.

medidas de atenuação, a menos que seja possível alcançar uma descarbonização rápida do setor dos transportes (e uma redução da procura).²² As políticas agressivas de atenuação necessárias para a transição do setor (incluindo a eletrificação do transporte privado de passageiros e de mercadorias, a adoção de combustíveis limpos e renováveis e a expansão dos serviços de transporte público) terão implicações significativas para o emprego.²³ Nomeadamente, o transporte terrestre representa mais de 60 milhões de empregos diretos em todo o mundo (representando mais de 2 por cento do emprego mundial).²⁴

No que diz respeito aos transportes urbanos, espera-se que a transição estrutural da mobilidade dependente dos combustíveis fósseis para a eletrificação e o aumento da utilização dos serviços de transporte público conduzam a ganhos líquidos de emprego. No entanto, o prognóstico positivo oculto reafetações consideráveis: embora sejam criados novos postos de trabalho nos serviços de transporte público, na construção de infraestruturas ferroviárias e no fabrico de veículos elétricos, é provável que se percam postos de trabalho nas indústrias automóvel e petrolífera convencionais.²⁵ Além disso, um grande número de postos de trabalho em pequenas empresas não sustentáveis do ponto de vista ambiental e os serviços de transporte informais estão potencialmente em risco. Nomeadamente, os serviços de transporte urbano de passageiros (UPT) são uma fonte significativa de emprego para muitas regiões, verificando-se que, em muitas regiões, até 40 por cento dos empregos no transporte urbano de passageiros são informais.²⁶ A fim de proteger esses trabalhadores e as suas comunidades, são fundamentais políticas complementares, incluindo o investimento no desenvolvimento de competências, na proteção social e em políticas ativas do mercado de trabalho.²⁷ Além disso, as abordagens devem ser

adaptadas de modo a ter em conta as necessidades e vulnerabilidades dos trabalhadores e trabalhadoras da economia informal. Neste contexto, a profissionalização da formação dos trabalhadores do UPT pode promover eficazmente a transição para a formalidade; tal deve ser acompanhado por sistemas sólidos para impor a legislação do trabalho, incluindo disposições em matéria de segurança e saúde no trabalho.²⁸

A indústria marítima transporta cerca de 90 por cento do comércio mundial, emprega 1,9 milhões de marítimos e é responsável por quase 3 por cento do comércio mundial emissões de gases com efeito de estufa (além de causar poluição marítima, poluição sonora e impactos na biodiversidade). Estão em curso esforços significativos para colocar o setor marítimo na via de uma navegação mais sustentável do ponto de vista ambiental. A Organização Marítima Internacional (OMI), por exemplo, adotou medidas obrigatórias ao abrigo do seu tratado de prevenção da poluição (MARPOL) para reduzir drasticamente a intensidade de carbono e as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do transporte marítimo internacional. A redução das emissões pode ser alcançada através da adoção de novas tecnologias (como navios com emissões nulas) e práticas de sustentabilidade que acompanhem e melhorem a eficiência energética no transporte de mercadorias.²⁹

Na COP26, foi criado um grupo de trabalho marítimo para uma transição justa, constituído pela Câmara Internacional da Marinha Mercante, pela Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes e pelo Pacto Global das Nações Unidas para promover a descarbonização do setor, apoiando simultaneamente uma transição justa para a mão de obra marítima; a OIT e a OMI aderiram ao grupo de trabalho como parceiros formais.³⁰ O grupo de trabalho irá coordenar os esforços com os governos, a indústria, os trabalhadores

22 PIAC, "Chapter 8: Transport", in *AR 5: Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change*. Contribuição do grupo de trabalho III para o quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. (Cambridge University Press, 2014), 603–604.

23 PIAC, 603–606. As emissões dos transportes estão fortemente ligadas ao PIB/rendimento e refletem desigualdades económicas mais amplas: 10 por cento da população mundial representa 80 por cento do total de passageiros-quilómetros motorizados; os países da OCDE dominam as emissões de gases com efeito de estufa dos transportes.

24 OIT e UNECE, *Jobs in Green and Healthy Transport: Making the Green Shift*, 2020.

25 OIT e UNECE, *Jobs in Green and Healthy Transport*, 2020, vii.

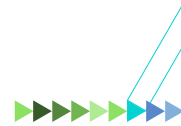
26 OIT, «*Meeting Report for the Technical Meeting on the Future of Decent and Sustainable Work in Urban Transport Services*», 30 de agosto a 3 de setembro de 2021, 15–16.

27 IT e UNECE, *Jobs in Green and Healthy Transport*, 2020.

28 OIT, *Technical Meeting on the Future of Decent and Sustainable Work in Urban Transport Services: Conclusions*, 30 de agosto a 3 de setembro de 2021.

29 Conselho Internacional para o Transporte Limpo, "Green Freight", in *Global Green Freight*, 2018.

30 Offshore Energy, «*COP26: New Task Force to Support Seafarers through Green Transition*», 11 de novembro de 2021.

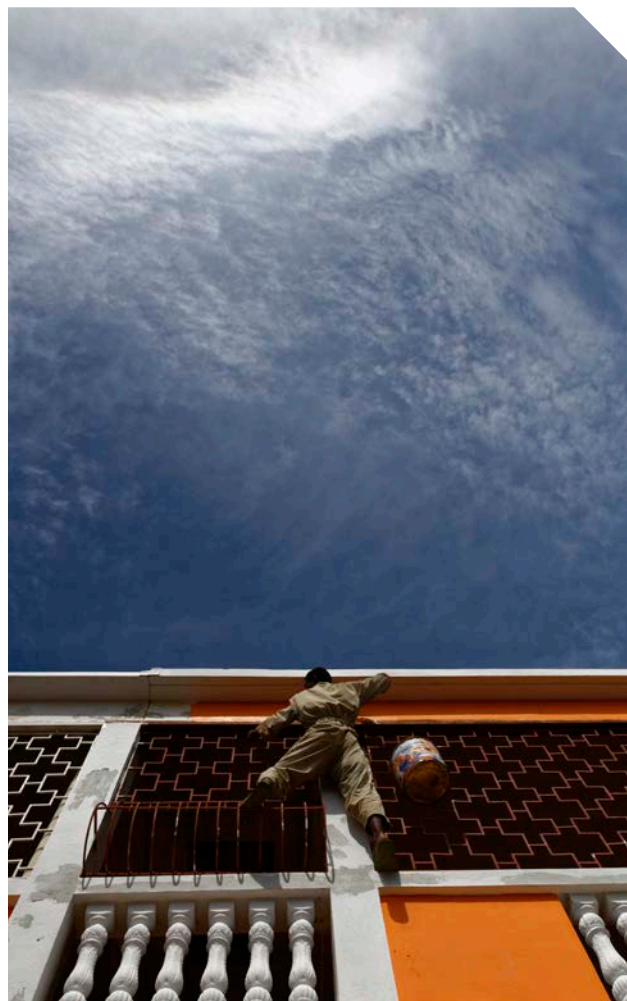


e os seus representantes. A investigação e os ensinamentos retirados serão desenvolvidos em torno das necessidades de formação e melhoria de competências ecológicas para a transição da indústria marítima e o potencial de emprego verde dos novos combustíveis. Um dos principais fatores será a forma como a indústria marítima pode alcançar uma transição mais equitativa – criando oportunidades para as comunidades locais e assegurando que as infraestruturas verdes, os investimentos tecnológicos e as oportunidades de emprego são acessíveis a todas as pessoas.

A OIT procura adotar uma abordagem centrada no ser humano para a consecução de uma navegação ecológica, salientando os princípios estabelecidos nos Princípios orientadores para uma transição justa e respeitando as disposições da [Convenção do Trabalho Marítimo, de 2006, tal como alterada](#), em especial no que se refere à segurança dos marítimos no contexto das novas tecnologias e dos combustíveis.

4.5 Turismo

Os impactos das alterações climáticas, como os fenómenos meteorológicos extremos e a subida do nível do mar, representam uma ameaça económica para os países altamente dependentes do turismo, um setor importante que emprega até 120 milhões de pessoas em todo o mundo.³¹ Ao mesmo tempo, o crescimento das viagens e do turismo está associado ao aumento das emissões de gases com efeito de estufa e a outras formas de degradação ambiental (como a poluição por plásticos).³² A ecologização do setor do turismo pode, assim, contribuir para atenuar as alterações climáticas, bem como oferecer uma via sustentável para recuperar um setor duramente afetado pela pandemia da COVID-19.³³ Uma transição ecológica no setor do turismo requer, entre outros aspetos, a adoção de soluções empresariais hipocarbónicas e circulares; o desenvolvimento de opções de transporte hipocarbónicas; a integração de soluções baseadas na natureza nas operações turísticas; e o



© OIT / Marcel Crozet

desenvolvimento responsável das infraestruturas turísticas (por exemplo, evitando invadir ecossistemas frágeis e ricos em biodiversidade).³⁴ Os esforços de recuperação na sequência da pandemia oferecem uma oportunidade única para assegurar uma transição justa no setor, envolvendo todas as partes interessadas, incluindo as populações autóctones, para um melhor planeamento e gestão do turismo e investimento em empregos dignos e programas de melhoria de competências (especialmente para as mulheres, os jovens e os

31 PIAC, *AR 5: Climate Change 2014*, 613; ONU (Nações Unidas), «[COVID-19 and Transforming Tourism](#)», Resumo da política, 2020, 3, 8.

32 OMT-ONU (Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas) e UNEP (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), «[Climate Change and Tourism: Responding to Global Challenges](#)», 2008, 33.

33 OIT, «[The Impact of COVID-19 on the Tourism Sector](#)», Resumo das políticas setoriais da OIT, maio de 2020.

34 Conselho Mundial de Viagens e Turismo, Secretariado do UNEP e da CQNUAC, *A Net Zero Roadmap for Travel and Tourism: Proposing a New Target Framework for the Travel and Tourism Sector*, novembro de 2021; OMT-ONU, *Recommendations for the Transition to a Green Travel and Tourism Economy*, 2021.

trabalhadores e trabalhadoras migrantes).³⁵ Em especial, o desenvolvimento de competências para o ecoturismo mudará, uma vez que é dada maior ênfase a temas como a gestão e conservação da biodiversidade. É importante salientar que uma transição justa também exige que sejam abordados os défices de trabalho digno no setor (como por exemplo horários de trabalho excessivamente longos, a falta de proteção social e a discriminação com base no gênero).³⁶

4.6 Construção

A indústria da construção é um dos setores mais influentes a nível mundial e proporciona emprego a cerca de 220 milhões de pessoas (ou 7 por cento do emprego mundial total).³⁷ Os edifícios e o setor da construção é também um dos setores com uso mais intensivo em matéria de carbono a nível mundial, representando emissões de dióxido de carbono na ordem de cerca de 40 por cento das emissões mundiais relacionadas com energia e processos.³⁸ Como tal, uma transição verde no setor encerra um enorme potencial para acelerar os progressos no sentido da concretização dos objetivos climáticos, por exemplo, através uma mudanças para a utilização de materiais de construção de baixas emissões de carbono, da adaptação dos edifícios para uma maior eficiência energética e da construção de edifícios com emissões zero. Curiosamente muitos governos estão impulsionar a indústria da construção para gerar emprego e reforçar as empresas locais na sequência da pandemia.³⁹ Os Princípios orientadores para uma transição justa recomendam aos governos (em consulta com os parceiros sociais) que «utilizem os investimentos públicos para desenvolver infraestruturas com o menor impacto ambiental possível» (19d). No entanto, embora as medidas para reduzir a pegada de carbono do setor da construção estejam a ser consideradas como um elemento central de muitos planos de recuperação da COVID-19, o que continua por

explorar é todo o potencial de aproveitamento dos investimentos públicos para uma recuperação verde da construção (por exemplo, através de medidas de condicionalidade ecológica como estímulo para o setor da construção). Este setor tem características únicas na medida em que os governos podem estimular a procura e a criação de emprego diretamente através do investimento em infraestruturas públicas. Por outro lado, a natureza diversificada do trabalho permite ao setor absorver trabalhadores e trabalhadoras de outros setores, e ou deslocados de setores em declínio, incluindo o setor da construção tradicional, que podem ser absorvidos com êxito na construção verde se os programas de formação profissional de reconversão relacionados forem acessíveis.⁴⁰ Em 2020, por exemplo, Ørsted, uma empresa global de desenvolvimento eólico *offshore*, anunciou uma iniciativa com a *North America's Building Trades Unions* (NABTU) para a transição de trabalhadores da construção dos sindicatos dos EUA para a indústria eólica *offshore*, em colaboração com as filiais da NABTU e da AFL-CIO.⁴¹ No entanto, os empregos no setor da construção muitas vezes não apresentam segurança de emprego e as condições de trabalho variam amplamente em todo o mundo. Por conseguinte, a cooperação tripartida e o diálogo social, juntamente com a aplicação das normas internacionais do trabalho, são fundamentais para assegurar uma transição justa para os trabalhadores e trabalhadoras da construção.⁴²

À medida que as alterações climáticas se fazem sentir com maior intensidade e aumenta a frequência de fenómenos meteorológicos extremos e catástrofes, existe uma necessidade crescente de ajuda daqueles trabalhadores e trabalhadoras na reconstrução das comunidades afetadas por furacões, incêndios e inundações. As pessoas envolvidas nas atividades de reconstrução enfrentam frequentemente condições de trabalho perigosas (por exemplo, eletrocussões e infeções bacterianas), auferem baixas remunerações e têm poucas proteções sociais, uma vez que, em

35 ONU, "COVID-19 and Transforming Tourism" 16; ILO, *A Global Call to Action: For a Human-centred Recovery from the COVID-19 Crisis that is Inclusive, Sustainable and Resilient*, 109.ª Sessão da OIT, 2021.

36 OIT, *Diretrizes do BIT sobre trabalho Digno e Turismo Socialmente Responsável*, 2017, 3.

37 OIT, *Developing the Construction Industry for Employment-Intensive Infrastructure Investments*, 2019, 4.

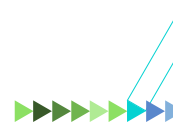
38 OIT, «Impact of COVID-19 on the Construction Sector», Resumo das políticas setoriais da OIT, janeiro de 2021.

39 OIT, «The Impact of COVID-19 on the Construction Sector».

40 OIT, «Skill and Occupational Needs in Green Building», 2011; OIT, «The Impact of COVID-19 on the Construction Sector», 4.

41 Ørsted, «North America's Building Trades Unions (NABTU) and Ørsted Sign Landmark MOU for U.S. Offshore Wind Workforce Transition», comunicado de imprensa, 18 de novembro de 2020.

42 OIT, «The Impact of COVID-19 on the Construction Sector».



© OIT / Marcel Crozet

muitos países, a atividade de assistência em caso de catástrofe ainda não se encontra regulamentada.⁴³ A falta de documentação de muitos trabalhadores e trabalhadoras deste setor representa um obstáculo adicional ao trabalho digno. Para assegurar uma transição justa para os «trabalhadores e trabalhadoras essenciais na era das alterações climáticas», a proteção social, a formação em competências e o diálogo social são fundamentais.⁴⁴ Os governos e os empregadores devem trabalhar em conjunto para garantir condições de trabalho seguras e dignas para todas as pessoas envolvidas na resposta a catástrofes/crises, incluindo aquelas e aquelas que desenvolvem essa atividade a economia informal.

4.7 Silvicultura

As florestas e o setor florestal desempenham um papel fundamental para uma transição justa e ocupam um lugar de destaque na agenda política mundial em matéria de alterações climáticas: do lado positivo, florestas saudáveis contribuem para a atenuação das alterações climáticas através do sequestro de carbono, da prevenção de inundações

e da proteção do solo. No entanto, a desflorestação e a degradação florestal contribuem grandemente para as emissões de gases com efeito de estufa. A gestão sustentável e a conservação e restauração das florestas é um compromisso fundamental da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) e faz parte do Acordo de Paris de 2015, que também reconhece «os imperativos de uma transição justa da mão de obra e a criação de trabalho digno e de empregos de qualidade» na gestão, conservação e recuperação das florestas.⁴⁵ A este respeito, o setor, que emprega atualmente 13,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras na economia formal a nível mundial, deverá crescer.

No futuro, serão necessários trabalhadores e trabalhadoras florestais altamente qualificados para um trabalho florestal cada vez mais especializado. Uma vez que a silvicultura se encontra entre os setores suscetíveis de serem mais afetados pelas mudanças estruturais na sequência da transição verde, assegurar uma transição justa neste setor exigirá qualificações adequadas e acesso a formação para o desenvolvimento de competências

43 Sarah Stillman, «The Migrant Workers Who Follow Climate Disasters» *The New Yorker*, 8 de novembro de 2021; Kjellstrom e Maître, *Working on a Warmer Planet*.

44 Resilience Force, «Policy», 2021.

45 Nações Unidas, *Acordo de Paris da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas*. Preâmbulo de 2015, artigo 5.º.

significativas e de elevada qualidade. Estas incluem a adoção de novas tecnologias, conhecimentos sobre processos de produção verdes e competências relevantes em domínios como as energias renováveis, produtos para a construção em madeira, a exploração de produtos florestais de baixo impacto, a contabilização do carbono, a proteção da biodiversidade, a reflorestação, o repovoamento florestal e a promoção dos conhecimentos e práticas dos povos autóctones.

4.8 Serviços

Tal como reconhecido no Acordo de Paris, o setor dos serviços é o setor que menos contribui com emissões de gases com efeito de estufa por pessoa empregada, quando comparado com outros setores, mas é um contribuinte relevante devido à sua grande dimensão.⁴⁶ Os serviços públicos e privados (incluindo comércio, educação, finanças, saúde, meios de comunicação e cultura, serviços postais e telecomunicações, serviços públicos, serviços de utilidade pública) serão afetados de diferentes formas, à medida que as sociedades se transformam para uma economia sustentável. Tal inclui o crescimento acelerado, uma vez que algumas atividades económicas se orientam para um modelo de negócio de serviços (como da transformação para a reparação, a reciclagem e a revenda de serviços). Os grandes serviços públicos, como a administração pública, a saúde e a educação, contribuem significativamente para as emissões de gases com efeito de estufa e exigirão uma transição para edifícios e tecnologias verdes. Nos cuidados de saúde, por exemplo, a mudança para edifícios respeitadores do clima, cuidados de proximidade (ou descentralizados) com ênfase na prevenção, a par de uma maior utilização da telemedicina e de uma gestão mais eficiente dos resíduos de saúde, serão estratégias fundamentais para melhorar a sustentabilidade do setor.⁴⁷ Os modelos de negócio do comércio eletrónico têm

vindo a apoiar as empresas na redução da sua pegada de carbono e do desperdício de recursos. Será necessária uma melhoria das qualificações profissionais à medida que os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços abordam questões relacionadas com as alterações climáticas: os profissionais da saúde terão uma necessidade cada vez maior de lidar com doenças relacionadas com o ambiente;⁴⁸ o pessoal da educação será obrigado a promover o desenvolvimento de competências para a sustentabilidade;⁴⁹ o setor financeiro será convidado a integrar a sustentabilidade nos investimentos e empréstimos;⁵⁰ os trabalhadores e trabalhadoras de utilidade pública e do saneamento básico terão adquirido novas competências para gerir o abastecimento de água e energia verde e sustentável. Em trabalhos de saneamento, bem como outras tarefas em empresas de reparação ou de revenda em 2.ª mão, onde em alguns países a informalidade e os défices de trabalho digno são generalizados, uma transição para a sustentabilidade ambiental terá de ser acompanhada por investimentos na melhoria das condições de trabalho.⁵¹ Serviços que requerem infraestruturas de TI de elevada capacidade como o comércio eletrónico, os serviços financeiros e a transmissão em *streaming* de conteúdos de entretenimento também exigirão a transição para plataformas mais sustentáveis.⁵² Podem ser necessárias medidas de proteção social (tais como subsídios de desemprego e programas de assistência salarial) para apoiar os trabalhadores e as empresas dos setores de serviços afetados pela transição.

Os guardas-florestais e da proteção da vida selvagem desempenham um papel fundamental na gestão da biodiversidade e na prevenção da caça furtiva, pelo que requerem uma proteção especial, pois enfrentam frequentemente a violência e o assédio no cumprimento do dever.⁵³ Os ativistas dos direitos humanos ambientais e os denunciantes também necessitam de salvaguardas adicionais

46 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 18.

47 Grupo do Banco Mundial, *Climate Smart Healthcare: Low-carbon and Resilience Strategies for the Health Sector*, 2017.

48 A. M. Vicedo-Cabrera *et al.*, «The Burden of Heat-related Mortality Attributable to Recent Human-induced Climate Change», *Nature Climate Change* 11 (junho de 2021): 492–500.

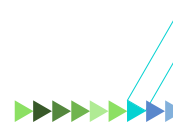
49 UNESCO, *Getting Every School Climate-ready: How Countries Are Integrating Climate Change Issues in Education*, 2021.

50 OIT, «Digitalization and the future of work in the financial services sector», Documento temático para a Reunião técnica sobre o impacto da digitalização no setor financeiro, Genebra, 24 a 28 de janeiro de 2022.

51 OIT, «Report of the Discussions», *Workshop* sub-regional do Sul da Ásia sobre trabalho digno para trabalhadores de saneamento, 11 a 13 de outubro de 2021.

52 The Royal Society, «Digital Technology and the Planet: Harnessing Computing to Achieve Net Zero», 2020.

53 WWF, *Life on the Frontline 2019: A Global Survey of the Working Conditions of Rangers*, 2019.



(o assédio e a criminalização dos ativistas dos direitos humanos ambientais são uma tendência particularmente preocupante).⁵⁴ Nomeadamente, a realização do direito a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável exige que os Estados

proporcionem «um ambiente seguro e propício onde os indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que trabalham em questões de direitos humanos ou ambientais possam operar sem ameaças, assédio, intimidação e violência» (Princípio 4).⁵⁵

5. Estudos de casos específicos: setores em transição

5.1 Carvão e petróleo

O carvão alimenta mais de um terço da produção mundial de eletricidade desempenhando um papel crucial na produção de materiais de base, como é o caso do ferro e do aço.⁵⁶ O carvão constitui também a forma mais poluente de produção de eletricidade sendo o principal contribuinte para as alterações climáticas (representa 46 por cento das emissões mundiais de gases com efeito de estufa).⁵⁷ A indústria do petróleo e do gás é, por sua vez, responsável por 9 por cento do total das emissões de gases com efeito de estufa e está associada a emissões indiretas significativas (por exemplo, desgaseificação do metano durante os processos de extração).⁵⁸ Por outro lado, a indústria do petróleo e do gás produz os combustíveis responsáveis por mais 33 por cento das emissões mundiais.⁵⁹ Apesar de ser imperativo abandonar os combustíveis fósseis, muitos países continuam a depender do carvão para a produção de energia (em 2019, o carvão produziu cerca de 37 por cento da eletricidade mundial).⁶⁰ O consumo e a procura anual de petróleo bruto têm mantido um crescimento estável na última década (exceto 2020, quando se verificou uma queda como resultado da pandemia da COVID-19).⁶¹

Embora seja provável que o carvão e o petróleo continuem a fazer parte do sistema energético durante as próximas décadas, a pressão crescente para descarbonizar os sistemas energéticos conduzirá a mudanças significativas no setor. Em termos gerais, está a aumentar o ímpeto para alienar os combustíveis fósseis. A assinatura da «Declaração Internacional da Transição do Carvão para Energia Limpa» na COP26 é o sinal mais recente de que os governos estão a levar a sério a eliminação progressiva do carvão.⁶² Embora uma eliminação progressiva do petróleo seja menos iminente do que a transição do carvão, podem ser adotadas medidas a curto prazo para atenuar o impacto ambiental da extração e do processamento, por exemplo, melhorando as rotinas de manutenção para reduzir as emissões decorrentes de fugas de metano.⁶³ A eliminação progressiva do petróleo e do gás é menos prioritária. É ainda necessário identificar os principais obstáculos à descarbonização e à mitigação e à adaptação climática das empresas a nível nacional e setorial, e desenvolver estratégias nacionais adequadas para descarbonizar a economia. Nomeadamente, algumas organizações do setor do petróleo e do gás começaram a mudar as suas carteiras de ativos, investindo em projetos de combustíveis renováveis (como o hidrogénio

54 Iheb Chalouat, Carlos Carrión-Crespo e Margherita Licata, «Law and Practice on Protecting Whistle-blowers in the Public and Financial Services Sectors», Documento de trabalho da OIT n.º 328, 2019.

55 ONU, *Report of the Special Rapporteur on the Issue of Human Rights Obligations relating to the Enjoyment of a Safe, Clean, Healthy and Sustainable Environment*, 19 de julho de 2021 (A/76/179) 6.

56 AIE, «Fuels and Technologies: Coal», n.d.

57 «COP26: More than 40 Countries Pledge to Quit Coal», *BBC News*, 4 de novembro de 2021.

58 AIE, «Oil and Gas Innovation», in *World Energy Outlook 2018*, 2018.

59 Chantal Beck, Sahar Rashidbeigi, Occo Roelofsen e Eveline Speelman, «The Future of Oil and Gas Is Now: How Companies Can Decarbonize» McKinsey & Company, 7 de janeiro de 2020.

60 Neil Hume, «Coal Miners Profit from Energy Market Turmoil», *Financial Times*, 3 de novembro de 2021. Em 2021, a escassez de energia levou a um aumento «recorde» do preço do carvão térmico.

61 Statista, «Daily Demand for Crude Oil, from 2006 to 2020», n.d.

62 Leslie Hook, Neil Hume e Jim Pickard, «COP26 Pact to End Coal Use Undermined as US Fails to Sign», *Financial Times*, 4 de novembro de 2021. O chamado «pacto do carvão» inclui 40 países que, pela primeira vez, prometem eliminar ou deixar de investir em novas centrais elétricas a carvão, a nível nacional e internacional.

63 Chantal Beck *et al.*

verde).⁶⁴ A longo prazo, será fundamental que o setor do petróleo, do gás e do carvão ponham em prática planos de transição.⁶⁵

Qualidade do emprego

A transição energética será acompanhada por uma transição no mercado de trabalho: muitos postos de trabalho em indústrias que utilizam energia tradicionais, serão perdidos à medida que o carvão e o petróleo vão sendo gradualmente eliminados, prevendo-se que surjam novos postos de trabalho na indústria das energias renováveis e setores conexos.⁶⁶ Estima-se que, nas condições ideais, os postos de trabalho criados pela indústria das energias renováveis no fabrico, instalação, funcionamento e manutenção de sistemas de energias renováveis poderiam mais do que compensar os empregos perdidos nas indústrias de combustíveis fósseis.⁶⁷ Contudo, continua a não ser claro se os novos postos de trabalho irão substituir diretamente as perdas de postos de trabalho: provavelmente exigem competências diferentes e não há garantia de que se localizem nas mesmas áreas onde se perdem postos de trabalho. Para além da transição a nível macro dos combustíveis fósseis para as energias renováveis, essa transição implica também uma mudança na forma como o carvão e o petróleo são extraídos, processados e consumidos. Esses processos terão impactos nas empresas e no trabalho. Os esforços para reduzir as emissões de metano no setor do petróleo e do gás, por exemplo, vão exigir que os trabalhadores e trabalhadoras possuam as competências adequadas através de formação especializada, de forma que possam ser desenvolvidos processos de extração menos poluentes.

A eliminação progressiva do carvão (e do petróleo) acarreta implicações socioeconómicas para além da proporção relativamente reduzida de pessoas que trabalham nessas indústrias.⁶⁸ A extração

de carvão é feita em regiões onde carecem a diversificação económica e oportunidades de emprego alternativas.⁶⁹ O isolamento de algumas regiões das indústrias extrativas e o sentimento de identidade que muitas comunidades derivam da indústria extrativa aumentam o desafio de garantir uma transição justa. É provável que os impactos socioeconómicos locais da transição sejam elevados e as tentativas anteriores revelaram pouco sucesso na promoção de alternativas económicas nas comunidades locais. No futuro, uma comunicação e uma notificação claras sobre as políticas de transição energética e o desenvolvimento de planos de transição económica pormenorizados serão fundamentais para garantir uma transição justa para os trabalhadores e as empresas. Esses planos poderão incluir medidas que permitam a reconversão e adaptação das empresas, o reforço da proteção social, a requalificação dos trabalhadores e das comunidades, a reabilitação das minas e das zonas circundantes e estratégias de diversificação económica.⁷⁰

Políticas e planos de ação existentes

Os governos começaram a adotar planos de ação concretos e a criar organismos institucionais para apoiar uma transição justa para os trabalhadores e as regiões particularmente afetadas pela transição ecológica. Em março de 2021, o Reino Unido publicou o Acordo de Transição para o Mar do Norte, que inclui um compromisso conjunto do governo e das empresas petrolíferas e de gás para investir até 16 mil milhões de libras até 2030 para apoiar a diversificação económica local e a criação de emprego, a utilização da captura de carbono e armazenamento (CCUS), e hidrogénio, bem como formação em competências.⁷¹ Na Escócia, existe um ministro para a transição justa, o emprego e o trabalho justo, que apoia o Secretário de Estado das finanças e da economia e o Secretário de Estado para

64 IndustriALL, Friedrich Ebert Stiftung e Ineep, *Energy Transition, National Strategies and Oil Companies: What Are the Impacts for Workers?*, 2020.

65 Erik Dalhuijsen, «Britain's Oil and Gas Workers Want a Green Transition – but the Industry Doesn't», *The Guardian*, 23 de outubro de 2021.

66 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 43. De acordo com um cenário/modelo da AIE, limitar o aquecimento global a dois graus através de uma maior dependência de fontes de energia renováveis resultará na perda de cerca de 2 milhões de postos de trabalho na indústria extrativa de carvão, petróleo e gás natural, embora estas perdas sejam parcialmente compensadas a nível macro pela crescente procura de indústria extrativa de cobre, níquel e outros metais/minerais para veículos elétricos e máquinas elétricas.

67 ONU, «Transforming Extractive Industries for Sustainable Development», Resumo de políticas 12, 2021. (Citando IRENA, 2020. *Global Renewables Outlook: Energy Transformation 2050. Global Renewables Outlook: Energy Transformation 2050*.)

68 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 18.

69 Grupo do Banco Mundial, *Managing Coal Mine Closure: Achieving a Just Transition for All*, novembro de 2018.

70 Fundo de Investimento Climático, *Supporting Just Transitions in India*, 2021, 6.

71 Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (Reino Unido), *North Sea Transition Deal*, março de 2021.



© OIT / Abdel Hameed Al Nasier

zero emissões, a energia e os transportes – provas de mudanças estruturais significativas na organização das economias nacionais e da governação.

Na União Europeia, foi criado um mecanismo de transição justa (JTM, do inglês *Just Transition Mechanism*) para atenuar o impacto socioeconómico das medidas de atenuação das alterações climáticas nas regiões e nos trabalhadores afetados. Espera-se que o JTM beneficie especialmente os territórios fortemente dependentes da indústria extrativa de carvão e das indústrias associadas, facilite a melhoria das qualificações e a requalificação dos trabalhadores e das trabalhadoras, criando novas oportunidades de emprego na economia verde e investindo na transformação de instalações e infraestruturas com utilização intensiva de carbono.

A liderança da sociedade civil e a criação de alianças a nível local podem ajudar a tornar possível uma transição justa em áreas que dependem fortemente da indústria dos combustíveis fósseis para o emprego e para o rendimento. A Aliança Mundial de Avaliação Comparativa (WBA – *World Benchmarking Alliance*) é uma iniciativa promovida

em 2018 pelas empresas e a sociedade civil, incluindo a Confederação Sindical Internacional, para desenvolver um conjunto de parâmetros de referência que permitem avaliar 2 000 das empresas mais influentes do mundo, classificando-as e avaliando-as com base nas suas contribuições para os ODS.⁷²

Os esforços comunitários para apoiar os trabalhadores após o encerramento de uma central elétrica a carvão em Tonawanda, Nova Iorque, são um exemplo disso.⁷³ Uma aliança entre sindicatos, grupos comunitários e o setor sem fins lucrativos persuadiu com sucesso os legisladores do estado de Nova Iorque a fornecer à cidade um fundo temporariamente disponível, que amorteceu com sucesso os impactos socioeconómicos mais amplos desencadeados pelo encerramento da fábrica e perda de receita fiscal (como financiamento para escolas).⁷⁴ A aliança lançou então um Plano de Ação Económica para tornar Tonawanda, como um importante centro económico regional com empregos dignos «para o século 21».⁷⁵ Notavelmente, o fundo de compensação inicialmente criado para Tonawanda foi posteriormente alargado

72 Aliança Mundial de Avaliação Comparativa, www.worldbenchmarkingalliance.org.

73 Equipa YCC, «How Tonawanda, New York, Protected Its Economy after Its Coal Plant Closed», *Yale Climate Connections*, 24 de julho de 2020.

74 Elizabeth McGowan, «Rising from the Ashes, a Buffalo Suburb Ends Its Dependence on Coal», *Grist*, 11 de julho de 2017.

75 Tonawanda Tomorrow, *Town of Tonawanda Economic Action Plan: Growing the Town's Economic Future*, 2017.

para apoiar outras comunidades afetadas pela eliminação progressiva do carvão do estado de Nova Iorque.

Os esforços de transição justa de todas as partes da sociedade refletem-se em compromissos a nível internacional. A COP26 assistiu à adoção da Declaração de Transição Justa por catorze governos e pela União Europeia (preparada em estreita colaboração entre a liderança do Reino Unido em Transição Justa, a CSI, a IndustriALL Global Union e a IndustriALL Europe). Estabelece princípios para assegurar que «ninguém fica para trás enquanto o mundo passa para uma economia ambiental favorável». ⁷⁶ Os princípios abrangem o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras na transição para novos empregos; a promoção do diálogo social e a participação das partes interessadas; estratégias económicas para o desenvolvimento sustentável (por exemplo, para apoiar a diversificação económica em economias dependentes de combustíveis fósseis); a criação de trabalho local, inclusivo e digno; uma abordagem baseada nas cadeias de abastecimento; e o compromisso de apresentar relatórios sobre os progressos realizados no âmbito do Acordo de Paris.

5.2 Agroalimentar

Atualmente, os sistemas alimentares baseados na produção agrícola industrial contribuem com até um terço das emissões de gases com efeito de estufa, até 80% da perda de biodiversidade e até 70% da utilização de água doce, e não conseguem proporcionar uma dieta nutritiva a milhões de pessoas. ⁷⁷ Em especial, a intensificação da produção animal para consumo de carne está ligada à degradação ambiental generalizada e à crescente insegurança alimentar. Por sua vez, as práticas de pesca insustentáveis e destrutivas estão a levar ao colapso das unidades populacionais de peixes a nível mundial, conduzindo a perdas económicas a longo prazo e ameaçando os meios de subsistência dos pescadores e das comunidades piscatórias. ⁷⁸ Os impactos relacionados com as alterações climáticas,

como a alteração dos padrões de chuva e o aumento das temperaturas na agricultura, agravam os desafios no setor, empurram os agricultores para a pobreza e aumentam o risco de conflitos sociais e de violência baseada no género. ⁷⁹ Uma transição justa no setor agroalimentar – a transformação dos sistemas alimentares para benefício das comunidades agrícolas, dos trabalhadores, dos consumidores de alimentos e do ambiente – é, pois, imperativa para proporcionar segurança alimentar e nutrição a uma população mundial em crescimento. É fundamental garantir um trabalho digno nas explorações agrícolas e ao longo de toda a cadeia de abastecimento agroalimentar, bem como abordar a questão dos desafios interligados das alterações climáticas e da perda de biodiversidade. ⁸⁰ Este desafio é particularmente importante tendo em conta o elevado número de pessoas empregadas na agricultura.

As intervenções políticas para ajudar à transição do setor agrícola incluem medidas do lado da oferta para melhorar as práticas de produção (por exemplo, redução da utilização de pesticidas minerais e químicos e de fertilizantes sintéticos, melhoria das práticas de gestão e conservação dos solos e redução da utilização da água na transformação de alimentos), bem como medidas do lado da procura para promover o consumo sustentável (por exemplo, promoção de regimes alimentares à base de plantas e redução do desperdício alimentar). ⁸¹ A pressão para descarbonizar o setor agroalimentar está também a conduzir à experimentação de novas tecnologias em explorações agrícolas e plantações, como por exemplo as agrovoltas (a utilização simultânea de áreas para a produção de energia solar e para a agricultura), ⁸² e impulsionar a inovação na indústria alimentar para produzir alternativas sustentáveis de carne e marisco. As empresas que se concentram nas proteínas vegetais atraíram investimentos e financiamento significativos no decurso da pandemia, ⁸³ uma tendência que provavelmente terá implicações em termos de emprego a jusante.

76 IndustriALL, «Just Transition Declaration Adopted at COP26», 5 de novembro de 2021; UKCOP26, «Supporting the Conditions for Just Transition Internationally», 4 de novembro de 2021.

77 PNUA, «Why Agricultural Support Must Be Reformed to Work with Nature», 14 de setembro de 2021.

78 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 22.

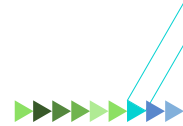
79 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 24.

80 OCDE, *Making Better Policies for Food Systems*, 2021, 11.

81 PIAC, «Chapter 11: Agricultura, Silvicultura e Outros Usos do Solo (AFOLU)», *AR 5: Climate Change 2014*, 811.

82 Fraunhofer ISE, «Agrivoltaics: Opportunities for Agriculture and the Energy Transition», 2020.

83 CB Insights Research, «Plant-Based Meat Industry: Global Meat Market's Meatless Future», 9 de agosto de 2021.



Para além da adoção de práticas mais sustentáveis na produção e transformação de produtos agroalimentares, uma transição justa no setor deve também abordar questões de justiça social, como o trabalho digno, a propriedade do solo e as necessidades dos pequenos agricultores.⁸⁴

Uma transição justa no setor agroalimentar poderia, por conseguinte, colocar os pequenos agricultores/comunidades rurais e o bem-estar dos trabalhadores numa posição central ao longo de toda a cadeia de abastecimento agroalimentar. O estabelecimento de empresas de economia social e solidária, regimes agrícolas geridos a nível comunitário e parcerias com comunidades autóctones podem ajudar a reconstruir sistemas alimentares locais sustentáveis e a assegurar uma maior eficácia na adaptação inclusiva às alterações climáticas.⁸⁵ Para além de orientar o apoio para a diversidade de sistemas agrícolas e mercados territoriais, o investimento nas capacidades locais de embalagem, transformação e distribuição pode permitir que os pequenos produtores de alimentos se adaptem a atividades de maior valor, gerem empregos dignos, reduzam a pobreza rural e contribuam para a concretização do direito à alimentação.⁸⁶ Objetivos climáticos e ambientais específicos do setor e investimentos no desenvolvimento de competências (como práticas agroecológicas), as infraestruturas e as organizações rurais são igualmente essenciais para ajudar os agricultores e outros trabalhadores do setor agroalimentar a transitarem para uma economia verde. As políticas setoriais para uma transição justa no setor agroalimentar devem também abordar os défices de trabalho digno a jusante das cadeias mundiais de abastecimento, de que são exemplo, as condições de trabalho inseguras e precárias na indústria de embalagem de carne.

Qualidade do emprego

Estima-se que 3,2 mil milhões de meios de subsistência dependem dos sistemas alimentares, com 2 mil milhões de meios de subsistência relacionados com a produção primária, na sua maioria localizados em países em desenvolvimento.⁸⁷ Mais de 1,5 mil milhões de pessoas em todo o mundo vivem e trabalham em pequenas explorações agrícolas; a maioria dessas pessoas vive em condições de extrema pobreza (embora os pequenos agricultores produzam a maior parte dos alimentos fornecidos a nível mundial).⁸⁸ Nos países de rendimentos baixos ou médios, o setor agrícola continua a ser a fonte de emprego mais importante, em especial para as mulheres. No entanto, muitas vezes esses empregos ou são mal remunerados, ou não são remunerados quando exercem atividades com grande intensidade de mão de obra.⁸⁹ Os trabalhadores e trabalhadoras da indústria alimentar a jusante das cadeias de abastecimento globais também enfrentam défices de trabalho digno. Na indústria de transformação de carne, por exemplo, os trabalhadores e trabalhadoras estão frequentemente expostos a riscos para a segurança e saúde no trabalho (por exemplo, o trabalho difícil e perigoso nos matadouros).

À medida que as alterações climáticas se tornaram uma realidade diária e não uma perspetiva distante, os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas têm vindo a enfrentar cada vez mais os efeitos físicos das alterações climáticas como o stresse térmico.⁹⁰ As mulheres, em particular, serão afetadas por uma maior carga de trabalho (devido à procura de água), maiores riscos para a saúde e a segurança e perdas de produtividade.⁹¹ Ao mesmo tempo, as mulheres têm frequentemente menos acesso do que os homens aos recursos necessários para se adaptarem às alterações climáticas, incluindo terras, crédito, fatores de produção agrícola, tecnologia, segurança social e formação.⁹² A fim de assegurar

84 ONU, *Interim Report on the Right to Food* (A/66/262) 2011, 12; Jennifer Clapp, «The Problem with Growing Corporate Concentration and Power in the Global Food System» *Nature Food*, 2021, N.º 2, 404.

85 ONU, *Interim Report on the Right to Food*, 15; IISD, *Farming the Future: Agriculture and Climate Change on the Canadian Prairies*, 2021.

86 ONU, *Relatório intercalar sobre o direito à alimentação*, 15.

87 ONU, *Policy Brief: the Impact of COVID-19 on Food Security and Nutrition*, 2020.

88 ONU, *Final Report: The Transformative Potential of the Right to Food* (A/HRC/25/57) 2014, 11.

89 OIT, «Green Initiative Policy Brief: Gender, Labour, and a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All», 2017.

90 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 26.

91 OIT, *Green Initiative Policy Brief*. Por exemplo, a escassez de água, especialmente nas zonas rurais, pode aumentar a carga de trabalho diária das mulheres, que podem ser forçadas a andar e a percorrer grandes distâncias em busca de água. Aumenta igualmente a vulnerabilidade das mulheres à discriminação, à violência sexual e aos riscos para a saúde.

92 OIT, *WESO 2018: Greening with Jobs*, 2018, 25.

um processo de adaptação inclusivo, os agricultores e os trabalhadores agrícolas (especialmente as mulheres) terão de ter acesso a recursos adequados, incluindo variedades de sementes melhoradas, desenvolvimento de competências (em práticas agrícolas agroecológicas, tecnologias digitais, por exemplo), fundos para melhorar as infraestruturas de irrigação e os sistemas de recolha de águas pluviais e oportunidades para migrar em segurança.⁹³ Além disso, as medidas de proteção social devem ser alargadas de modo a abranger os trabalhadores afetados pelo impacto climático (por exemplo, a perda de horas de trabalho devido ao stress térmico).⁹⁴

A transição para regimes alimentares com menor intensidade de carbono e à base de plantas pode levar à perda de postos de trabalho ao longo de toda a cadeia de abastecimento de produtos animais (por exemplo, criadores de gado e de matérias-primas, trabalhadores de embalagens de carne e talhos).⁹⁵ No entanto, se a indústria de base vegetal pode aumentar a produção (e fazer crescer os seus mercados), podem ser criados muitos empregos novos e oportunidades de negócio (por exemplo, na indústria alternativa à carne), enquanto os criadores de gado e os produtores de leite podem ser capazes de fazer a transição para culturas diferentes. São necessárias políticas setoriais adequadas, incluindo a requalificação, para fazer face aos impactos socioeconómicos inevitáveis dessas transições alimentares. Nomeadamente, alguns agricultores enfrentam condicionalismos geográficos na realização da mudança, e «o processamento alternativo de proteínas tende a ser mais automatizado».⁹⁶

Políticas e práticas existentes

Os Princípios orientadores para uma transição justa salientam a importância de um forte consenso social sobre os objetivos e as vias para a sustentabilidade: «[a]dequado, devem realizar-se consultas informadas e contínuas com todas as partes interessadas relevantes».⁹⁷ As consultas públicas

realizadas em 2021 pelo *California Department of Food and Agriculture* (CDFA) para solicitar aos agricultores e aos criadores soluções climáticas para o setor agrícola são uma boa ilustração de um diálogo social eficaz a nível regional. As recomendações formuladas pelos participantes serão utilizadas para informar o desenvolvimento do próximo plano de definição das alterações climáticas e o trabalho futuro relacionado com as estratégias climáticas no setor.⁹⁸

No Senegal, foi realizada uma «consulta sem precedentes das partes interessadas rurais» a fim de informar as políticas públicas sobre a transição do setor agrícola e alimentar a nível nacional. Na sequência da incorporação oficial da agroecologia na política agrícola nacional, «as organizações não governamentais, as organizações de agricultores, os estabelecimentos de investigação, as plataformas multilaterais, as associações de consumidores e os representantes eleitos pioneiros têm trabalhado num diálogo político com o Estado».⁹⁹ Em fevereiro de 2020, na sequência de consultas com mais de mil partes interessadas e visitas a 30 locais em todo o país, o *Dynamique pour une Transition Agroécologique au Sénégal* (DyTAES) entregou ao governo senegalês um relatório de política para apoiar a transição agroecológica do país. O relatório destaca os principais desafios que o setor enfrenta, nomeadamente a garantia da segurança e soberania alimentares, o acesso à terra, empregos dignos para os jovens, a proteção da agro biodiversidade local e o consumo sustentável.

As estratégias comunitárias da base para o topo são fundamentais para a implementação (e o reforço) da transição justa no setor agroalimentar, em particular dando voz aos trabalhadores rurais. Em muitos países, as organizações de base comunitária desempenham um papel importante, ajudando os formadores locais a organizarem-se em coletivos e cooperativas para ajudar a garantir o desenvolvimento local de base comunitária e acelerar a adoção de práticas

93 PNUA, «In Latin America, Farmers Use Microfinance to Fight Climate Change», 12 de fevereiro de 2020.

94 Kjellstrom e Maître, *Working on a Warmer Planet*.

95 OIT e Banco Interamericano de Desenvolvimento, «Jobs in a Net-Zero Emissions Future in Latin America and the Caribbean», 2020, 46.

96 Jenny Splitter, «What a Meatless Future Could Mean for Farmers», *Vox*, 5 de agosto de 2021.

97 OIT, *Guidelines for a Just Transition*, 2015, para 13(a).

98 CDFA (*California Department of Food and Agriculture*), «Farmer and Rancher-Led Climate Change Solutions: Listening Sessions. Summary of Public Input», junho de 2021.

99 CIRAD, «Senegal: Getting to Work on the Agroecological Transition», *Agroecology*, 13 de fevereiro de 2020.



© OIT / Marcel Crozet

agrícolas sustentáveis.¹⁰⁰ As estratégias alimentares municipais e comunitárias (por exemplo, hortas comunitárias e agricultura urbana) estão, além disso, a ajudar a reaproximar os consumidores urbanos dos produtores locais, a melhorar o acesso à alimentação e à nutrição nas cidades, e a criar novos empregos (especialmente para os jovens), bem como a tornar as cidades mais ecológicas e a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa associadas ao transporte de alimentos a longa distância.¹⁰¹

Os movimentos sociais e camponeses e as organizações de pequenos agricultores, como

a Via Campesina, há muito que defendem a soberania alimentar e os sistemas alimentares locais e centrados no ser humano (baseados na agroecologia) a nível internacional, com resultados variáveis. O projeto «sustainable pathways» do Green Climate Fund (GCF) «promove uma agroecologia resiliente para apoiar a atenuação e a adaptação, bem como para incentivar condições agrícolas que contrariem os riscos climáticos e reconfigurem os sistemas alimentares», ao mesmo tempo que associações internacionais, como a Coligação de ação para um trabalho digno e rendimentos e salários mínimos para todos os trabalhadores do setor alimentar, «promovem a igualdade de meios de subsistência, promovendo o trabalho e os direitos humanos e aumentando as oportunidades de emprego digno e produtivo no setor agroalimentar incluindo a obtenção de 100 % de rendimentos e salários mínimos que permitam viver».¹⁰²

Lançada na Cimeira das Nações Unidas de 2019 sobre a Ação Climática, a Iniciativa para uma Transição Justa Rural «reúne os produtores de alimentos, os governos, as empresas, os investidores, a sociedade civil, as populações rurais e autóctones para promoverem soluções equitativas para os desafios dos sistemas alimentares».¹⁰³ A iniciativa defende políticas, investimentos e soluções multipartes interessadas que ajudem «a agricultura, a pesca, a criação de gado e as comunidades autóctones a adaptarem-se»; «fornecer alimentos sustentáveis, saudáveis e acessíveis a todas as pessoas»; e «[incorporam] uma forte ênfase na criação de emprego, na equidade e na justiça social no âmbito da transição para sistemas alimentares sustentáveis, na utilização justa do solo e na oferta de regimes alimentares sustentáveis e saudáveis».

5.3 Têxteis

Sendo o terceiro maior setor transformador, a indústria têxtil é «fundamental para o desenvolvimento económico e social de muitos países em desenvolvimento e emergentes» e proporciona elevados níveis de emprego.¹⁰⁴ Ao

100 Thousand Currents, «Community Led Efforts Bring Well Being in Villages of Rajasthan», 6 de janeiro de 2021.

101 OIT, *Labour Issues in Urban and Peri-Urban Agriculture: Information and Resource Guide*, 2013.

102 Comunidade da Cimeira sobre Sistemas Alimentares, «Coalition of Action on Decent Work and Living Incomes and Wages for All Food Systems Workers», 22 de setembro de 2021. «plainCitation»: «Food Systems Summit Community, “Coalition of Action on Decent Work and Living Incomes and Wages for All Food Systems Workers”» (Comunidade da Cimeira sobre Sistemas Alimentares, 22 de setembro de 2021).

103 Just Rural Transition Initiative, <https://justruraltransition.org>.

104 OIT, «The Future of Work in Textiles, Clothing, Leather and Footwear», Documento de trabalho n.º 326, 2019.

mesmo tempo, o setor é responsável por 8 a 10% das emissões globais de gases com efeito de estufa (que excedem as emissões associadas às indústrias da aviação e da navegação marítima), bem como por contribuir para uma utilização excessiva da água, para a erosão dos solos, para a libertação de produtos químicos perigosos e de microfibras no ambiente, para a desflorestação tropical e para os danos para a saúde humana.¹⁰⁵ O modelo empresarial da indústria, que assenta numa «aceleração contínua do ritmo de conceção e produção» a fim de produzir vestuário cada vez mais acessível e de curta duração, acentua ainda mais a taxa de degradação ambiental.¹⁰⁶ Ao mesmo tempo, as alterações climáticas estão a ter um impacto socioeconómico crescente no setor, afetando a produção de algodão, causando perdas de produtividade e agravando os riscos para a saúde e a segurança no trabalho.¹⁰⁷

Espera-se que uma transição ecológica e justa no setor têxtil, impulsionada pela crescente pressão da sociedade civil, pela mudança das preferências dos consumidores e, cada vez mais, pelos avanços tecnológicos, transforme cada etapa da cadeia de abastecimento: a agricultura regenerativa e orgânica e inovações na ciência dos materiais ajudarão a reduzir as externalidades ambientais associadas com a produção de têxteis; a digitalização e as melhorias nas cadeias de abastecimento podem contribuir para aumentar a eficiência e promover novos modelos empresariais no comércio retalhista e na distribuição; enquanto as tecnologias de reciclagem deverão permitir a recuperação de têxteis para que voltem a passar pelo processo de fabrico. De acordo com *The State of Fashion 2022*, um relatório da McKinsey, à medida que as tecnologias de reciclagem em circuito fechado (um sistema que promete limitar a produção extrativa de matérias-primas virgens e diminuir os resíduos têxteis) amadurecem, «as empresas terão de incorporá-las na fase de conceção do desenvolvimento do produto, adotando simultaneamente a recolha em grande

escala e processos de seleção.¹⁰⁸ Adicionalmente, o crescimento dos serviços de aluguer de vestuário e os mercados de segunda mão estão a aumentar a vida útil da roupa, ao mesmo tempo que reduzem os impactos ambientais do consumo.¹⁰⁹ Para além da melhoria das ecoeficiências ao longo das cadeias de abastecimento globais, o setor do vestuário está agora a «evoluir de uma indústria que produz grandes volumes de artigos essencialmente descartáveis para uma indústria que produz artigos valiosos que permanecem em uso durante muito tempo antes de serem reutilizados ou reciclados».¹¹⁰ Por conseguinte, um modelo de economia circular para os têxteis exigirá igualmente um fim da produção excessiva, por exemplo, através de modelos empresariais que produzem com base nas necessidades ou na procura. Em suma, «o objetivo da circularidade é transferir a cadeia de valor linear ‘obter-fazer-descartar’ para um sistema circular, em que os materiais não são perdidos após a utilização, mas permanecem na economia, circulando tanto quanto possível ao valor mais elevado possível».¹¹¹ A modernização dos processos de produção pode aumentar a eficiência dos recursos e a produtividade global, conduzindo a uma menor utilização de resíduos e de recursos, a salários mais elevados e a melhores condições de trabalho.

A fim de assegurar uma transição justa no setor têxtil, a transição para a circularidade deve ser acompanhada pela resolução dos défices de longa data em matéria de trabalho digno. Devido à forte pressão exercida sobre os produtores para encurtarem os prazos de entrega, permitirem flexibilidades na produção e preços mais baixos, a produção é frequentemente empurrada para o ponto em que os custos são os mais baixos possíveis e as normas ambientais e laborais são mal aplicadas ou inexistentes.¹¹² Além disso, os modelos de negócio circulares existentes em torno da reparação, reciclagem e revenda tendem a ter um elevado nível de informalidade, salários baixos e insegurança.¹¹³ A fim de alcançar uma transição

105 PNUA, *Sustainability and Circularity in the Textile Value Chain: Global Stocktaking*, 2020, 6; Laura Pitcher, «New Study Links Major Fashion Brands to Amazon Deforestation», *The Guardian*, 29 de novembro de 2021.

106 Banco Mundial, «How Much Do Our Wardrobes Cost to the Environment?», 23 de setembro de 2019; PNUA, *Sustainability and Circularity*, 8.

107 OIT, «The Future of Work in Textiles», 9–10.

108 McKinsey, *State of Fashion 2022: An Uneven Recovery and New Frontiers*, 2021.

109 PNUA, *Sustainability and Circularity*, 6.

110 PNUA, *Sustainability and Circularity*, 7.

111 PNUA, *Sustainability and Circularity*, 14.

112 PNUA, *Sustainability and Circularity*, 30–33.

113 BSR, *Keeping Workers in the Loop: Preparing for a Just, Fair, and Inclusive Transition to Circular Fashion*, 2021.

justa, tais desigualdades sistêmicas devem ser abordadas e progressivamente erradicadas.¹¹⁴ Uma indústria têxtil sustentável foi definida como aquela que produz «serviços e produtos de vestuário não tóxicos, de elevada qualidade e a preços acessíveis» numa base eficiente em termos de recursos e renovável, «assegurando simultaneamente meios de subsistência seguros».¹¹⁵ Por último, a circularidade e a melhoria da eficiência terão também de ser acompanhadas por alterações nos padrões e níveis de consumo e produção insustentáveis.

Qualidade do emprego

A indústria têxtil emprega mais de 300 milhões de pessoas em todo o mundo e conseguiu criar muitas oportunidades de emprego para as mulheres (que representam mais de 80 % da mão de obra). No entanto, o setor está também, em alguns casos, associado a importantes défices de trabalho digno, incluindo locais de trabalho inseguros, trabalho infantil e forçado e ausência de liberdade sindical. A produção geograficamente dispersa e a agilidade das marcas, que podem passar de um país de origem para outro, representam obstáculos à organização do trabalho e à melhoria das condições de trabalho através do diálogo social. Ao mesmo tempo, as indústrias têxteis também «fizeram progressos notórios na experimentação de novas formas de colaboração e diálogo social além-fronteiras». Além disso, a discriminação em razão do sexo e da idade, bem como o assédio sexual das trabalhadoras, continuam a prevalecer no setor.¹¹⁶ Além disso, a COVID-19 causou perturbações significativas no passado recente, parando a produção em milhares de empresas e levando a que milhões de trabalhadores perdessem os seus meios de subsistência.¹¹⁷ Ao longo da pandemia, milhões de trabalhadores do setor do vestuário também ficaram com salários por receber, aumentando a insegurança alimentar e as condições de trabalho inseguras (sem EPI adequado ou distanciamento social), enquanto as principais marcas de moda e os seus acionistas continuaram a obter lucros enormes.¹¹⁸ No entanto, foram realizados alguns

progressos, nomeadamente o acordo ACT entre 19 marcas globais e a IndustriALL Global Union sobre salários mínimos para trabalhadores em cadeias de abastecimento de têxteis e vestuário.¹¹⁹

Durante a transição ecológica, a transferência da produção para fibras naturais pode estimular o emprego na agricultura sustentável e regenerativa e reduzir a exposição dos trabalhadores a substâncias tóxicas. No entanto, manter os têxteis em uso por mais tempo irá, provavelmente, conduzir à perda de postos de trabalho na produção e fabrico de fibras virgens. Ao mesmo tempo, a circularidade pode impulsionar a criação de emprego a jusante (na seleção, no pré-processamento, na revenda, na reparação e na reciclagem). No entanto, estes novos postos de trabalho poderão não substituir as perdas de postos de trabalho na agricultura e na indústria transformadora, uma vez que tendem a estar localizados em zonas urbanas, são menos intensivos em mão de obra e requerem competências diferentes. Por conseguinte, será necessário combinar pacotes sociais com investimento em infraestruturas, educação e incentivos fiscais. Será igualmente importante reforçar a proteção social para apoiar os trabalhadores que sofram perdas de emprego. Além disso, serão necessárias estratégias industriais para gerar trabalho digno fora da indústria têxtil, por exemplo, criando um ambiente propício para pequenas e médias empresas, nomeadamente através de regulamentação adequada. A requalificação, a melhoria de competências e a aprendizagem ao longo da vida serão cada vez mais importantes para garantir que os trabalhadores se possam adaptar a processos de produção mais sustentáveis (como o tingimento sem água), a transição para energias renováveis na indústria transformadora e a expansão de novas tecnologias robóticas e digitais.¹²⁰

Os princípios da economia circular, tais como a conceção de produtos de vestuário «sem sazonalidade» de maior qualidade, a reutilização de restos de têxteis de marcas de luxo, a produção de vestuário a partir de resíduos de materiais e a

114 Diálogo Nexus do Secretariado EMG, «Sustainable Recovery through Sustainable Fashion: A Focus on the Environmental Dimensions», 7 de setembro de 2021.

115 PNUA, *Sustainability and Circularity*, 46.

116 OIT, «The Future of Work in Textiles», 9–10.

117 OIT, «ILO Adopts Code of Practice on Safety and Health in Textiles, Clothing, Leather and Footwear Industries», 8 de outubro de 2021.

118 Fashion Revolution, *Fashion Transparency Index 2021*; PNUA, *Sustainability and Circularity*, 41.

119 Act on Living Wages, «The ACT Initiative: A Global Commitment on Living Wages».

120 OIT, «The Future of Work in Textiles», 21–27.



© OIT / Marcel Crozet

produção de vestuário com base na procura ou nas encomendas e com um menor impacto social e ambiental, estão a ser cada vez mais adotados pelas pequenas e médias empresas do setor têxtil (designados «redução desde a conceção»).

¹²¹

Fundamentalmente, o prolongamento do ciclo de vida do vestuário e a promoção da reutilização podem também conduzir a resultados socioeconómicos negativos. O crescente movimento de recolha e exportação de têxteis usados, por exemplo, «[pôs] termo à atividade dos produtores têxteis locais [em países africanos] e [inundou] os aterros com resíduos de têxteis», de acordo com o PNUA.¹²² Alguns estudos sublinham a forma como certas atividades da economia circular, como a revenda de vestuário, fazem parte de uma mudança económica mais vasta no sentido de

uma reorganização do trabalho para um trabalho atípico e precário, em vez de fazer parte de uma transformação mais sustentável do modelo de negócio existente.¹²³ Isto sublinha a importância do desenvolvimento de competências e do investimento privado para criar novas empresas ecológicas que possam contratar trabalhadores especializados adequados, mas também equipar os sistemas de proteção social e laboral dos países para cobrir as disposições laborais criadas pelos novos modelos de negócio. No Quênia, por exemplo, o mercado de vestuário em segunda mão já emprega entre 10 000 e 100 000 pessoas, muitas das quais trabalham na economia informal.¹²⁴ A fim de assegurar uma transição justa para uma economia mais circular na indústria têxtil, as necessidades e vulnerabilidades dos milhões de trabalhadores do setor devem ser

¹²¹ Kate Fletcher, «Exploring Demand Reduction through Design, Durability and 'Usership' of Fashion Clothes», *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 13 de junho de 2017, Vol. 375, Edição 2095.

¹²² PNUA, *Sustainability and Circularity*, 36.

¹²³ Jennifer Lynn Ayres, «The Work of Shopping: Resellers and the Informal Economy at the Goodwill Bins» *Business History*, 2019, N.º 61, Edição 1: 122-154.

¹²⁴ Felix Preston, Johanna Lehne, «A Wider Circle? The Circular Economy in Developing Countries», Chatham House Briefing, dezembro de 2017.

incorporadas na concepção das políticas da economia circular, nomeadamente através da inclusão ativa dos sindicatos no discurso.¹²⁵

Políticas e práticas existentes

Embora não sejam específicos da indústria têxtil, os quadros regulatórios e políticas mais gerais podem ter um impacto positivo para garantir de uma transição justa no setor. O Plano de Ação para a Economia Circular da Comissão Europeia (lançado em 2020) inclui ações relacionadas com a concepção de produtos, promove o consumo sustentável e visa assegurar o prolongamento da vida dos recursos utilizados na economia da UE durante o maior período de tempo possível.¹²⁶ É importante referir que o plano inclui também medidas para «tornar a circularidade funcional para as pessoas, regiões e cidades» e «capacitar os consumidores e os adquirentes públicos» através de investimentos formação e na criação de emprego. Entretanto, a Plataforma Europeia de *Stakeholders* da Economia Circular proporciona um espaço para que as partes interessadas possam partilhar as suas iniciativas, publicações, eventos e redes, bem como o seu diálogo com outros intervenientes. Estão disponíveis ainda vários instrumentos internacionais sobre a governação responsável das cadeias de abastecimento e uma conduta empresarial responsável, de que são exemplo o Acordo Internacional para a Saúde e Segurança na Indústria Têxtil e do Vestuário, o Guia de Devida Diligência da OCDE para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor de Vestuário e Calçados e as normas e os princípios orientadores da OIT, como o Guia de Práticas sobre Segurança e Saúde nos Têxteis, Vestuário, Couro e Calçados, recentemente adotado. Os quadros mais amplos incluem a Declaração de princípios tripartida sobre as empresas multinacionais e a política social e os Princípios orientadores das nações unidas sobre empresas e direitos humanos da OIT. Estas continuarão a desempenhar um papel importante na promoção da agenda do trabalho digno, à medida

que o setor têxtil evolui para novos modelos e práticas empresariais.

A Carta da Indústria da Moda para a Ação Climática, lançada em 2018 e revista em 2021 durante a COP26, visa impulsionar a indústria da moda a atingir emissão neutra de gases de efeito de estufa até 2050. Embora a Carta aborde um vasto conjunto de questões sobre sustentabilidade ambiental, é omissa quanto à necessidade de garantir um trabalho digno (apesar de promover parcerias com partes interessadas para desenvolver estratégias de descarbonização e o respeito pelos direitos humanos). Em contrapartida, a KWIL (*Keeping Workers in the Loop*) aborda diretamente a importância de alcançar resultados em termos de trabalho digno para os trabalhadores e trabalhadoras a par da sustentabilidade, definindo-se como «uma iniciativa colaborativa que envolve líderes do setor e outras partes interessadas que trabalham para compreender os impactos potenciais da moda circular no emprego».¹²⁷ Entretanto, o programa *Better Work* da OIT-IFC (Confederação Financeira Internacional) reúne governos, marcas mundiais, empregadores, sindicatos e trabalhadores para promover o trabalho digno na indústria do vestuário, tornando o setor mais competitivo.¹²⁸ A OIT desenvolveu a ferramenta «Just Transition Toolkit», que procura orientar comportamentos e práticas em toda a cadeia de abastecimento de têxteis e vestuário na Ásia e que fornecerá aconselhamento específico sobre a transição justa no setor do vestuário aos parceiros sociais e grupos de partes interessadas do setor.¹²⁹ A fim de promover uma transição para a sustentabilidade ambiental e uma economia circular que seja justa, inclusiva e ofereça oportunidades de trabalho digno, a OIT estabeleceu uma parceria com a PACE (Plataforma para Acelerar a Economia Circular, do inglês *Platform for Accelerating Circular Economy*) para integrar o trabalho digno como um elemento-chave na nova agenda de ação da PACE para a economia circular no setor dos têxteis.¹³⁰

125 Patrick Schröder, «Circular Garments: What About the Workers?», Institute of Development Studies, 3 de junho de 2019.

126 Comissão Europeia, «Circular Economy Action Plan», março de 2020.

127 BSR, *Keeping Workers in the Loop*.

128 OIT e CFI, «Better Work: Progress and Potential. Findings from an Independent Impact Assessment», 2016.

129 OIT, «A 'Just Transition Toolkit' for Textile and Garment Supply Chain in Asia», 1 de julho de 2021.

130 PACE, *Circular Economy Action Agenda: Textiles*, February 2021.

6. Conclusões e recomendações-chave

A transição para uma economia sustentável e socialmente justa implica transformações complexas no trabalho e nas políticas setoriais, como este documento tentou demonstrar. As medidas climáticas urgentes a adotar, irão produzir mudanças nos modos de produção e novas tecnologias que irão criar, transformar e, em alguns casos, reduzir setores específicos. Além das tecnologias para o comportamento humano e outras identidades relacionadas com setores – de hábitos alimentares a gosto pela moda, preferências de viagem e organização do trabalho, O impacto destas mudanças será disruptor, afetando as empresas e os trabalhadores e trabalhadoras de forma significativa. Em 2021, a OIT apelou a uma recuperação da crise da COVID-19 centrada no ser humano, inclusiva, sustentável e resiliente, que canalizasse o investimento para os setores mais afetados pela crise, entre outros aspetos. Mais tarde nesse ano, o Pacto de Glasgow para o Clima, adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) em 2021, reiterou a importância da «ação setorial» para fazer face às alterações climáticas. Com base no vasto acervo de normas setoriais, códigos de práticas e princípios orientadores da OIT, os constituintes da OIT e outras partes interessadas podem prosseguir um conjunto de vias diversificadas para promover uma transição justa em todos os setores económicos.

Governos: ministérios do trabalho

Os ministérios do trabalho podem desempenhar um papel fundamental na coordenação da dimensão mundial do emprego e do trabalho digno durante as alterações setoriais, articulando com outros ministérios relevantes, ações para assegurar uma abordagem estratégica da transformação setorial.

Governos: outros ministérios competentes

Os ministérios com competências e atribuições em setores específicos, como o turismo e a agricultura, são os principais responsáveis pela condução de uma transição justa. Os instrumentos políticos podem incluir regulamentação, incentivos financeiros e programas de formação. A este respeito, os Princípios orientadores para uma transição justa exigem que os governos «promovam uma estreita colaboração entre os órgãos nacionais competentes,

incluindo os ministérios da economia e das finanças, com vista a estabelecer políticas e programas que possam adaptar-se às mudanças no panorama orçamental e político» (par. 15e).

Organizações de empregadores:

As organizações empresariais, as organizações setoriais e de empregadores desempenham um papel fundamental no apoio e orientação das empresas a elas associadas, para que as mesmas procedam às mudanças estruturais necessárias nos processos de produção e práticas de gestão, o cumprimento da regulamentação ambiental, incluindo da redução de emissões carbónicas, para atingir os objetivos da empresa em matéria de sustentabilidade. Desempenham igualmente um papel fundamental no desenvolvimento, em colaboração com os governos e as entidades formadoras, no desenvolvimento de oferta formativa destinada a trabalhadores e gestores, com vista à adoção de práticas e tecnologias mais sustentáveis. Adicionalmente, podem dar outros contributos fundamentais, nomeadamente gerir os impactos da transição no trabalho digno e o reforço da capacidade dos seus membros (por exemplo, as MPME) para adotarem práticas de sustentabilidade. Os governos, as organizações de empregadores e de trabalhadores podem apoiar a formalização de empresas e criar um ambiente empresarial que permita prestar serviços sustentáveis de reparação, revenda e reciclagem de têxteis. Podem assegurar a proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor têxtil contra questões emergentes de saúde e segurança, alargar a cobertura da proteção social, investir em programas de atualização de competências e de requalificação e, em especial, apoiar os trabalhadores e trabalhadoras informais absorvidos por novos modelos empresariais, na transição para o emprego formal.

Organizações de trabalhadores:

As organizações setoriais de trabalhadores desempenham um papel fundamental no reforço da resiliência dos trabalhadores durante a transição para práticas sustentáveis e dão voz a trabalhadores e trabalhadoras, durante a implementação de medidas durante a transição, por vezes difíceis, através do diálogo com os governos, os empregadores e os seus próprios associados, garantindo que dispõem de recursos e estão

habilitados a negociar empregos verdes dignos.¹³¹ sobre reformas concretas em matéria de emprego e proteção, contrabalançando os efeitos das políticas ambientais – por exemplo, regimes nacionais de proteção social no desemprego e [políticas do mercado de trabalho](#) que apoiem as transições de emprego – bem como assegurar a inclusão das prioridades dos trabalhadores e das trabalhadoras na agenda climática a nível internacional.¹³²

OIT:

Através do seu trabalho sobre políticas setoriais, a OIT pode investigar boas práticas a nível setorial em matéria de transições e convocar um diálogo a nível internacional, regional e nacional, sobre estratégias setoriais de transição e o seu impacto nas empresas, nos trabalhadores e trabalhadoras. A OIT pode igualmente promover o trabalho digno e a transição justa noutros fóruns setoriais multilaterais, como por exemplo nos eventos mundiais relacionados com a saúde, os transportes marítimos e aéreos e o turismo. A OIT pode investigar os aspetos relacionados com o tempo de

trabalho para assegurar o equilíbrio entre a vida profissional, a vida pessoal e o planeta, a fim de garantir que as pessoas tenham tempo suficiente para «cuidados ao planeta» para se envolverem em práticas sustentáveis, como a reciclagem e o consumo sustentável. Por último, em consonância com a Declaração do Centenário da OIT sobre o Futuro do Trabalho e os Princípios orientadores da OIT para uma transição justa, a OIT pode explorar as dimensões setoriais das políticas macroeconómicas e comerciais para promover o crescimento inclusivo e sustentável e promover modelos sustentáveis de consumo e produção, incluindo modelos alternativos de crescimento.¹³³ Dado que existem setores inteiros poderão vir a sofrer alterações profundas, a OIT tem uma oportunidade única de abordar não apenas as questões de trabalho digno e de justiça social com elas relacionadas, mas, juntamente com as empresas e os trabalhadores diretamente envolvidos, enfrentar também algumas das questões estruturais mais profundas e que perpetuam a desigualdade social e destroem os sistemas de suporte de vida do planeta.

131 Anna Markova, «Want to Know What a Just Transition to a Green Economy Looks Like? Ask the Workers», *The Guardian*, 18 de outubro de 2021.

132 Adrien Thomas, «Framing the just transition: How international trade unions engage with UN climate negotiations», *Global Environmental Change*, Vol. 70, 2021.

133 Timothy Jackson, *Prosperity without Growth: Foundations for the Economy of Tomorrow*. 2.ª ed. (London: Routledge, 2017); Kate Raworth, *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist* (Hartford, VT: Chelsea Green, 2018).

Recursos

Reuniões setoriais recentes sobre a transição justa:

Reunião técnica sobre o futuro dos trabalhos na indústria do petróleo e do gás (2022)

Reunião técnica sobre a COVID-19 e a recuperação sustentável no setor do turismo (2022)

Reunião técnica sobre o futuro do trabalho na aquicultura no contexto da economia rural (2021)

Promover uma transição justa para uma economia circular: Reforçar a ação individual para impulsionar coletivamente a mudança sistémica (2021)

Reunião técnica sobre o futuro do trabalho digno e sustentável nos serviços de transporte urbano (2021)

Reunião técnica sobre o futuro do trabalho na indústria automóvel (2021)

Fórum de diálogo global sobre trabalho digno na gestão dos resíduos elétricos e eletrónicos (*e-waste*) (2019)

Agradecimentos

Este resumo foi escrito por Lucy Lu Reimers e pelo Departamento de Políticas Setoriais da OIT, com contribuições do Programa de Empregos Verdes da OIT e dos *Bureau* para as atividades dos Empregadores e dos Trabalhadores.

Tradução para português financiada por:



REPÚBLICA
PORTUGUESA
TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



Gabinete de Estratégia
e Planeamento
MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Contactos

Organização Internacional do Trabalho
Route des Morillons 4
CH-1211 Genebra 22
Suíça

Departamento de Políticas Setoriais
sector@ilo.org
Programa de empregos verdes
greenjobs@ilo.org